



Processo n.1452/2022

Projeto Indicativo: 30/2022

Procedência: Dr. Willian Miranda

Assunto: Estabelece dever do Município de prestar assessoria jurídica gratuita para membros do guarda Civil Municipal que sofrem processo judicial por conta do desempenho de suas funções.

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

I. RELATÓRIO PASSO À OPINAR

I.I. Da Sistemática no Processo Legislativo da Câmara Municipal de Serra e da Manifestação da Consultoria Jurídica Legislativa.

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto Indicativo N°30/2022 de autoria do Vereador Dr. Willian Miranda, que: "Estabelece dever do Município de prestar assessoria jurídica gratuita para membros do guarda Civil Municipal que sofrem processo judicial por conta do desempenho de suas funções".

Segue em observância às prerrogativas legais e regimentais ao qual está inserido, é o parecer para expor fundamentadamente o entendimento quanto à sua constitucionalidade, legalidade e instrumentalidade processual legislativa, observando, sobremaneira, a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica do Município de Serra e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Serra.

Segundo justificativa anexa ao presente:

II. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Constituição Federal promulgada em 1988 contemplou a existência de entes federativos em três níveis, União, Estados, Distrito





Federal e Municípios, dotando-os de autonomia e atribuindo a cada um, campos de atuação estatal determinados.

Essa discriminação ou repartição de competências, no entanto, pode ser apresentada de duas naturezas: legislativas ou material.

Constituem competências legislativas privativas da União as matérias arroladas no artigo 30 da Constituição Federal.

Por seu turno, foram igualmente discriminadas pelo Constituinte Originário a competência complementar aos Municípios, para agir, administrar e atuar em situações concretas, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, e ainda para legislar sobre assuntos de interesse local consoante disposto no art.30, incisos I e II da Carta Magna.

Art.30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Corroborando com este entendimento, eis o que preceitua o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e autorizada pela competência concorrente entre a União Federal e Municípios, prevista no artigo 23 da Constituição Federal, vejamos:

Art.23. É competência comum da União, dos Estados, do distrito Federal e dos Municípios.

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;





Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Ultrapassada a questão da competência, vale dizer que o Projeto Indicativo é a modalidade de proposição disposta no Regimento Interno da Câmara Municipal de Serra, encontrada inciso XVII do artigo 117, e no artigo 136, que disciplina como deve ocorrer à recomendação de Projeto de Lei nascida na Câmara e, que se destina ao Poder Executivo, na forma de minuta de lei.

Entretanto o poder inicia do processo legislativo sobre a matéria de sua competência privativa, com isso para melhor compreensão vejamos:

Art. 117. São modalidades de proposição:

XVII - os projetos indicativos;

Art. 136. O projeto indicativo é a recomendação da Câmara Municipal de Serra ao Poder Executivo local, no sentido de que este promova a abertura de processo legislativo que verse sobre a matéria de sua competência.

Parágrafo único. Os projetos indicativos terão a forma de minuta de projeto de lei.

Entretanto o caso concreto, é de competência exclusiva do Chefe do Executivo, trata de atribuições de organização administrativa, dotação orçamentária, como se pode ver no artigo 143, da Lei Orgânica. Senão vejamos:





Art.143. A iniciativa da leis compete a qualquer vereador ou comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal, e aos cidadãos na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação de cargo, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - organização administrativa e pessoal da administração do Poder Executivo;

III - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

IV - (...);

V - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos do Poder Executivo. (grifo nosso)

Sendo assim, demonstrada a competência legislativa municipal verificado que a pretensa norma não fere nenhuma legislação.

Por essa razão, entendemos identificado os requisitos interesse público e a constitucionalidade.





III. CONCLUSÃO

Dessa forma pelos fundamentos já expostos, opina esta Comissão **pelo não prosseguimento** ao aludido Projeto Indicativo ao Chefe do Poder Executivo, pois, **se encontra em desconformidade material com a Magna Carta.**

São as elucidações que constituem nosso Parecer.

Serra/Es, 27 de fevereiro de 2023

WILIAN SILVAROLI
PRESIDENTE

DR. WILLIAM MIRANDA
VICE-PRESIDENTE

SÉRGIO PEIXOTO
SECRETÁRIO

